



AUTOFICÇÃO, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA: REPRESENTAÇÕES DO INDÍGENA EM DIÁRIO ABSOLUTAMENTE VERDADEIRO DE UM ÍNDIO DE MEIO EXPEDIENTE, DE SHERMAN ALEXIE

Nayara de Oliveira¹, Clara Alves Dezorzi Cruz²

¹Doutoranda em Letras pelo programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, campus Maringá-PR. Docente do curso de Licenciatura em Letras na UniCesumar. nayaraoliveiramga@gmail.com

²Licenciada em Letras pela UniCesumar, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. claradezorzi19@gmail.com

RESUMO

Este artigo investiga as estratégias narrativas utilizadas pelo Sherman Alexie em sua obra Diário Absolutamente verdadeiro de um índio de meio expediente para representar a identidade indígena, destacando a autoficção como um recurso literário de resistência cultural. Ao explorar as relações entre os conceitos de literatura, identidade e resistência, o estudo analisou como Alexie constrói uma narrativa que desafia estereótipos coloniais e reafirma a subjetividade na construção da identidade indígena. O objetivo da pesquisa é analisar como a autoficção, enquanto gênero que une elementos autobiográficos e ficcionais, permite ao autor confrontar questões como a marginalização, discriminação e a busca pela autoafirmação de sua individualidade enquanto sujeito indígena para além dos estereótipos. A abordagem do tema justifica-se pela relevância e necessidade de ampliar o debate sobre a literatura indígena, frequentemente invisibilizada, e na necessidade de compreender como a arte literária produzida pelas minorias pode ser um instrumento de empoderamento e descolonização. Nesse sentido, partindo de uma abordagem analítica-qualitativa, o estudo baseia-se na análise sociológica do romance, com enfoque nos aspectos formais e temáticos da autoficção, além de dialogar com teóricos dos Estudos Culturais, para discutir a identidade e representação indígena na obra em estudo. A pesquisa revelou como Alexie, assim como diversos escritores indígenas, utiliza a autoficção para subverter narrativas hegemônicas, afirmando a complexidade e a pluralidade das identidades indígenas, ao mesmo tempo em que denuncia as opressões estruturais enfrentadas por essas comunidades.

Palavras-chave: Autoficção; Cultura; Identidade; Literatura Indígena; Sherman Alexie.

1 INTRODUÇÃO

Durante o século XIX, a autobiografia foi uma estratégia narrativa constante na literatura indígena estadunidense. Valorizando essa tradição, mas também expandindo-a, a partir do século XX, a literatura contemporânea indígena tem se destacado por explorar narrativas que desafiam as fronteiras entre ficção e autobiografia, fazendo uso do gênero conhecido como autoficção. Nesse contexto, obras como "Diário Absolutamente Verdadeiro de um Índio de Meio Expediente", de Sherman Alexie, emergem como potentes expressões artísticas que mesclam memórias pessoais, invenção literária e reflexões sobre identidade cultural.

A partir da apropriação da língua do colono enquanto instrumento de resistência, emergem diversos escritores indígenas que passam a fazer contraponto ao discurso do branco, propiciando que histórias de denúncia e de contestação aos desmandos e mazelas praticados pelos europeus no continente americano alcançassem o grande público. Essa produção escrita cumpre, portanto, o papel de trazer à tona a história do processo de invasão e exploração dos povos originários sob a ótica das vítimas, colocando em xeque as narrativas sobre esse período da história que costumeiramente são propagadas pelas produções artísticas ocidentais.

Sherman Alexie, escritor, poeta e cineasta americano, nasceu em 1966, na Reserva Indígena de Spokane, no estado de Washington. Consagrado por suas obras que exploram temas como a identidade indígena, pobreza, racismo e a complexa relação entre as



comunidades nativas americanas e a sociedade dominante dos Estados Unidos, Alexie publicou em 2007 seu primeiro livro direcionado ao público jovem, intitulado *Diário absolutamente verdadeiro de um índio de meio expediente*.

Nessa obra, o protagonista Arnold Spirit Junior funciona enquanto *alterego* do autor e, misturando realidade e ficção, nos narra em primeira pessoa as alegrias e angústias por ele vivenciadas durante a adolescência, revelando seus sonhos e desejos, mas também as situações de violência e exclusão enfrentadas por conta da sua identidade enquanto um jovem indígena, pobre e com hidrocefalia e que convive entre dois mundos: a dos membros de sua reserva e a do homem branco. Assim como ocorreu com Alexie, Junior é duplamente excluído, sendo rejeitado tanto pelos “de fora” de seu mundo como pelos jovens de sua própria comunidade, já que é visto como um “traidor” por conta de suas vivências fora da reserva junto aos brancos.

Ao acompanhar a iniciativa de produzir uma obra com aspectos de autoficção, dando sequência à tradição iniciada pelos escritores indígenas do século XIX, Alexie incita uma série de discussões profundas e complexas sobre a identidade do indígena, os impactos da discriminação sofrida pelo seu povo, bem como acerca da importância da valorização da sua cultura e ancestralidade. Por meio de uma escrita que mescla memória, ficção e crítica social, o leitor é convidado a refletir sobre as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade e a reconhecer a importância de ouvir e valorizar outras narrativas sobre nossa história, ressaltando os povos originários como parte fundamental da nossa formação sociocultural.

Isso posto, amparando-se sobretudo em autores dos Estudos Culturais e da Crítica Pós-colonial, o presente artigo analisa como Sherman Alexie faz uso da autoficção na construção da obra *Diário absolutamente verdadeiro de um índio de meio expediente* de modo a privilegiar a voz dos povos indígenas e, com isso, apresenta-nos novas perspectivas sobre a identidade indígena, bem como denuncia a exclusão social e as violências vividas pelos indígenas, levantando questões sobre identidade, ancestralidade, pobreza, traumas e resistência.

Para esta análise, inicialmente, será realizada uma breve articulação entre os conceitos de cultura, identidade e diferença, situando a questão da identidade indígena frente ao processo de colonização, passando-se na sequência para uma reflexão sobre a trajetória das narrativas biográficas e de autoficção produzidas por indígenas em língua inglesa. Por fim, investigaremos como a obra de Alexie faz uso da autoficção para discutir questões mais amplas, como a luta por reconhecimento, a preservação cultural e a busca por equidade em um mundo marcado por desigualdades históricas entre os brancos e os grupos racializados, como é o caso dos indígenas.

2 CULTURA, IDENTIDADE E DIFERENÇA: A QUESTÃO INDÍGENA

A literatura indígena estadunidense tem suas raízes nas tradições orais dos povos nativos, que por milênios transmitiram histórias, mitos, rituais e conhecimentos através da fala e da performance. Essas narrativas orais, que incluíam produções em forma de contos, poemas, canções e cerimônias, dentre outros, eram profundamente conectadas à terra, à espiritualidade e às cosmovisões específicas de cada comunidade, revelando a riqueza cultural presente nas raízes dessas comunidades (Jacob, 2022).

O reconhecimento da oralidade como a gênese da literatura indígena estadunidense é necessário, pois, embora o presente artigo tenha interesse na autoficção indígena, um gênero literário que ganha força a partir do século XIX, é importante salientar que a arte das palavras sempre foi uma prática entre esses sujeitos. Portanto, a literatura indígena é



anterior ao processo de colonização, não sendo uma herança do “homem branco”. Conforme salienta Cecília Meireles (1974, p. 19):

A literatura precede o alfabeto. Os iletrados possuem a sua literatura. Os povos primitivos, ou quaisquer agrupamentos humanos alheios ainda às disciplinas de ler e escrever, nem por isso deixam de compor seus cânticos, suas lendas, suas histórias; e exemplificam sua experiência e sua moral com provérbios, adivinhações, representações dramáticas – vasta herança literária transmitidas dos tempos mais remotos, de memória em memória e de boca em boca.

Das palavras da poeta e educadora brasileira, a partir do uso do termo “primitivo”, escapa uma visão de mundo que ainda divide a humanidade entre aqueles ditos civilizados e os que estariam em um estágio anterior, inicial ou primário, de evolução e desenvolvimento. Há que se considerar que Meireles possa estar se referindo às produções literárias dos primeiros humanos a desenvolver a capacidade de linguagem milênios atrás, entretanto, é preciso destacar que a ideia de primitividade dos povos originários fez parte de um discurso que provocou a sobreposição da cultura europeia sobre a dos povos dominados ao longo do processo de colonização.

De acordo com Thiél (2012), os cronistas do período colonial foram responsáveis pela disseminação da imagem do índio como bárbaro, defendendo que esses deveriam ter acesso ao modo de vida ocidental, embora a Europa também não constituísse necessariamente uma cultura homogênea. Pelo contrário, havia no velho continente diversos conflitos locais, além de uma série de vozes que se levantavam contra a colonização e modelo de imposição econômica e cultural que a coroa insistia em aplicar sobre os territórios invadidos. Os adeptos à visão contra ao colonialismo acreditavam que a verdadeira barbárie eram as práticas extremamente violentas impostas sobre as populações nativas com base em pressupostos religiosos e, mais tarde, pseudocientíficos. Assim, vemos que, para além dos motivos tangíveis, havia uma série de ideias e discursos que insistiam em reforçar a questão da diferença entre povos ignorando as nuances de cada sistema cultural.

Segundo Thomas Bonnici (2009, p. 262), o colonialismo pode ser definido como a forma específica de exploração cultural que ocorreu ao longo dos últimos 500 anos, impulsionada pela expansão europeia. Esse processo foi marcado por diversas formas de violência, justificadas em nome da chamada “civilização”, e resultou na subjugação das culturas não brancas, colocando-as em uma posição de subalternidade. Bonnici destaca que, nesse contexto, o homem europeu se estabeleceu como o “Outro” (o colonizador), representando o padrão a ser seguido, enquanto os povos nativos foram relegados à condição de “outro” (o colonizado), vistos como primitivos e portadores de uma cultura considerada inferior.

Conforme explica Lilia Moritz Schwarcz (1993), é a partir do período das grandes navegações que a discussão sobre as diferenças entre os homens ganha força e termos como “primitivo” e “civilizado” entram em cena para justificar o domínio europeu em suas colônias. Nesse contexto, o estranhamento ocasionado pelo choque entre a cultura dos povos nativos e a dos colonos implicou em uma série de discursos (sobretudo no âmbito científico) e práticas violentas que viriam a ser propagados de modo a reforçar uma suposta distância entre o modo de vida ocidental e os modelos indígenas, justificando a dominação europeia sobre aquelas populações.

Corroborando com Schwarcz, Terry Eagleton (2011), destaca que o conceito de cultura tem sido foco de disputas desde o século XVIII, no contexto de efervescência do



Iluminismo, quando o termo começou a ser associado ao desenvolvimento intelectual e espiritual do indivíduo, refletindo uma visão mais humanista e educacional, voltada à valorização da cultura ocidental em detrimento dos demais sistemas culturais.

Os autores destacam o papel das correntes científicas que surgiram naquele século, como o positivismo, o determinismo e o evolucionismo, para a discriminação dos grupos vistos como racializados. Principalmente, foram vitimados por essas políticas os povos nativos das colônias invadidas e os africanos traficados e escravizados, resultando em práticas perversas como a continuidade da escravidão e, mais tarde, a adoção de práticas eugenistas visando embranquecer populações e livrar a sociedade dos “indesejados” (Schwarcz, 1993).

Tal pensamento perdurou por séculos, fazendo com a definição de cultura fosse frequentemente associada a uma visão elitista e hierárquica, definida como um conjunto de obras e práticas refinadas, acessíveis apenas a uma pequena parcela da sociedade — geralmente as elites econômicas e intelectuais. Manifestações populares, tradicionais ou de grupos marginalizados eram frequentemente desvalorizadas ou ignoradas, consideradas como “folclore” ou “subcultura” (Eagleton, 2011).

No âmbito acadêmico, esses discursos passam a receber um contraponto com o advento dos Estudos Culturais, que surge como um campo de estudos interdisciplinares na segunda metade do século XX, durante as décadas de 1950 e 1960, principalmente no Reino Unido. Na gênese do movimento, cabe o destaque para o trabalho de intelectuais como Richard Hoggart, Raymond Williams e E.P. Thompson, que buscavam compreender as transformações culturais e sociais no contexto pós-guerra.

Nos Estudos Culturais, os conceitos de identidade e diferença são fundamentais para entender como os indivíduos e os grupos se relacionam e se posicionam dentro da sociedade. Além disso, tal corrente de estudos surge com o objetivo de entender a cultura em suas relações com o poder, a política e a sociedade (Cevasco, 2003). Segundo Kathryn Woodward (2014), a identidade é marcada pela diferença, a qual, por sua vez, é sustentada pela exclusão. A autora explica que para que o “eu” seja definido e tenha sua identidade afirmada ele precisa recusar e excluir tudo o que define o “outro”. Tal procedimento, segundo Woodward, é problemático devido ao fato de que as similaridades entre os grupos são arbitrariamente desconsideradas, dada a complexidade prevista na constituição das identidades.

Ao observar a discussão sobre as supostas diferenças entre as raças, verifica-se que elas refletem o que os teóricos dos estudos culturais definem como uma perspectiva essencialista sobre a identidade. Segundo tal corrente de pensamento, existiria um conjunto cristalino e autêntico de características próprias dos povos originários (físicas, cognitivas, intelectuais, morais, culturais, dentre outras) que são negadas pela identidade branca. Para isso, conforme explicitado por Schwarcz (1993), foram aplicadas as adjetivações de degenerados, imorais, promíscuos, destituídos de beleza etc., a tudo que pertence à identidade das pessoas racializadas.

Stuart Hall (2014) afirma que a identidade é sempre relacional, pois está em constante construção. Em *A identidade cultural na pós-modernidade*, Hall (2006) questiona princípios essencialistas sobre a identidade, os quais defendem a ideia de que toda identidade possui uma essência própria e imutável. Opondo-se a essa perspectiva, o autor assevera que é preciso adotar uma postura não essencialista, observando as mutações que as identidades sofrem ao longo do tempo.

No caso do racismo contra os povos indígenas, os discursos sobre a supremacia racial branca ignoram as características em comum que toda a humanidade possui, rechaçando aplicar qualquer valor positivo sobre a cultura indígena, pois assim a escravidão



e dominação desses povos tidos como inferiores seria justificada e, inclusive, vista como algo benéfico a eles, pois os trariam para perto do modo de vida civilizado (Schwarcz, 1993). Entretanto, na prática, o que se vê é a reprodução de sistemas de exclusão que atravessam todas as esferas da vida dos grupos racializados, enquanto o branco sequer é cogitado como raça, sendo visto apenas como a norma, o padrão, ideia que passaria a ser combatida a partir da inserção dos indígenas no mundo da escrita.

3 AUTOBIOGRAFIA E AUTOFICÇÃO INDÍGENA

Com a colonização europeia, muitas das tradições indígenas foram suprimidas ou transformadas, mas nunca completamente erradicadas em seus territórios. A partir do século XIX, com a introdução da escrita na língua do colono, autores indígenas começaram a transpor suas tradições orais para o formato escrito. Eles criam, então, uma literatura que mescla elementos ancestrais com formas literárias ocidentais, contribuindo para que se iniciasse um processo de contestação sobre as visões sobre as culturas nativas que eram propagadas pelo discurso hegemônico.

Jacob (2022) cita o avanço industrial da América do Norte como um dos elementos que proporcionaram a distinção entre as condições de produção e circulação da literatura indígena no continente americano, de modo que a parte sul, sem a mesma estrutura social e econômica, não acompanhou o movimento pioneiro dos novos nativos dos Estados Unidos na produção literária escrita. Assim, a autora explica que, paradoxalmente, o mesmo sistema econômico que subjuga a cultura indígena propiciou que ela apropria-se da língua dos colonos para denunciar as mazelas provocadas pela colonização, levando sua versão da história para o grande público.

Tal processo se deu, então, no contexto do Romantismo, ao passo que, segundo Jacob (2022), os indígenas se inspiraram naquele momento no indianismo (surgido inicialmente entre escritores ingleses críticos ao imperialismo britânico). De acordo com Fulford (2006), a inspiração para a corrente indianista pode ter surgido a partir da publicação de uma carta por Samuel Johnson na *London Magazine*, na qual o autor bradava contra a violência do processo colonial. Naquele momento, tal texto teve grande repercussão e comoveu a sociedade inglesa, que acreditava que seu autor seria um indígena. A partir disso, surgiria uma série de autores engajados com a luta contra a opressão dos povos nativos.

Um dos pioneiros da literatura indígena seria John Norton, cujo nome indígena é Teyoninhokarawen, uma liderança indígena Mohawk de ascendência Cherokee e escocesa. Norton é conhecido por seu trabalho *The Journal of Major John Norton* (1816), que documenta suas viagens e experiências, incluindo sua participação na Guerra de 1812 ao lado dos britânicos. De acordo com Fulford (2006), o diário escrito por Norton não apenas oferece uma visão única das relações entre os povos indígenas e os colonizadores, mas também reflete a habilidade do autor, que dominava 12 idiomas, em navegar entre diferentes culturas ao mesmo tempo em que preservava e transmitia a história e tradições Mohawk.

Jacob (2022) explica que a crítica literária estadunidense ainda reluta em reconhecer o valor das primeiras produções indígenas, resumindo-as em uma compilação de autobiografias, diários, períodos históricos de menor importância frente à literatura contemporânea. Ela seria, portanto, uma literatura de transição da tradição oral indígena para o modelo literário europeu, ao passo em que há ainda movimentos dentro da acadêmica que enxergam com maior prestígio apenas escritores indígenas de ficção contemporânea surgidos a partir dos anos 1960.



É justamente entre os escritores contemporâneos que a autoficção indígena ganha força. O movimento pelos direitos civis e a luta pelos direitos indígenas nos Estados Unidos e no Canadá criaram um ambiente propício para o surgimento de vozes indígenas na literatura, de modo que diversos autores começaram a usar a escrita como ferramenta de resistência e de reafirmação cultural (Fulford, 2006). Alguns nomes que merecem destaque são Leslie Marmon Silko, escritora americana de descendência da Laguna Pueblo, autora da obra *Ceremony* (1977), que é tida como marco da autoficção indígena, e Tomson Higway, dramaturgo, romancista e escritor infantil canadense, descendente da tribo Cree, autor do romance *Kiss of the Fur Queen* (1998), em que o autor explora fatos de sua vida junto a narrativas ficcionais para explorar temas como a identidade indígena e trauma.

De acordo com Alves (2022), a transição na literatura indígena estadunidense de um modelo focado na prosa não ficcional, com biografias, literatura de protesto e etnohistórias, para uma estética própria ocorreu de modo paralelo ao desenvolvimento das literaturas pós-coloniais ao redor do mundo, o que, segundo a autora, “o fato de que após a emancipação das nações e o fim da escravidão, a estética literária dos povos colonizados também se libertou dos grilhões eurocêntricos (Alves, 2022, p. 98).

Ao refletir sobre o percurso da autoficção no romance contemporâneo, Figueiredo (2020) assevera que tal gênero literário emerge, dentre outros aspectos, devido a uma prática comum na atualidade: a exposição da vida privada. Vivemos em um mundo em que as pessoas estão constantemente divulgando fatos de sua vida pessoal, ao mesmo tempo em que há uma grande demanda de sujeitos dispostos a saber sobre as vivências de outrem. Entretanto, no caso da obra de Sherman Alexie, assim como na de outros autores indígenas que fazem uso de aspectos autobiográficos na construção de suas obras, a autoficção serve também para discutir aspectos coletivos, com contornos sociais e políticos, por meio da reflexão de sua identidade indígena e as implicações desse aspecto na forma como o mundo ainda insiste tratar os povos originários.

4 A AUTOFICÇÃO EM DIÁRIO ABSOLUTAMENTE VERDADEIRO DE UM ÍNDIO DE MEIO EXPEDIENTE

O romance *Diário Absolutamente Verdadeiro de um Índio de Meio Expediente* (2007), de Sherman Alexie, desafia as fronteiras entre ficção e autobiografia, utilizando a autoficção como recurso para explorar questões de identidade, pertencimento e resistência cultural. Conforme definido por Serge Doubrovsky (1977), a autoficção é um gênero que mescla elementos autobiográficos e ficcionais, permitindo ao autor narrar sua própria experiência ao mesmo tempo que a ressignifica literariamente. Nesse sentido, Alexie constrói uma narrativa que reflete tanto aspectos de sua trajetória pessoal quanto as complexidades históricas, sociais e culturais enfrentadas pelos povos indígenas nos Estados Unidos.

Este capítulo analisa como Alexie emprega a autoficção para discutir a construção da identidade indígena em um contexto de marginalização, e como sua narrativa se configura como um ato de resistência política e cultural.

No capítulo inicial, o protagonista Junior relata uma violência sofrida durante um atendimento no Serviço de Saúde dos Índios, para onde foi levado a fim de extrair dentes em excesso, decorrentes de uma condição de saúde. Ele narra: “Para meu azar, nosso dentista branco acreditava que os índios só sentiam metade da dor que os brancos sentem, portanto me deu apenas meia dose de Novocaína” (Alexie, 2009, p. 11). O episódio ecoa práticas do racismo científico do século XVIII e XIX, quando teorias pseudocientíficas



buscavam justificar, com base em supostas diferenças biológicas, tratamentos discriminatórios contra povos racializados (Stepan, 1991; Fredrickson, 2002).

Segundo Schwarcz (1993), correntes como o evolucionismo e a antropologia física hierarquizavam as “raças humanas”, colocando a branca como ápice do desenvolvimento e as demais como degeneradas, próximas aos animais irracionais. Esse suposto “estágio evolutivo superior” servia para legitimar políticas como a proibição do cruzamento racial, a diferenciação judicial e a exploração do trabalho escravo de indígenas e negros, sob o argumento de que estes possuíam maior resistência física para atividades pesadas.

Junior descreve sua reserva como um “lugar de pobres coitados” (2009, p. 18), denunciando que, devido à usurpação dos territórios indígenas pelo homem branco, a pobreza se perpetua de geração em geração:

“[...] meus pais nunca foram ricos. Eles não perderam no jogo as fortunas de suas famílias. Meus pais são filhos de gente pobre, que também nasceu de gente pobre, que nasceu também de gente pobre, até o início, onde tudo começou com os primeiros pobres sobre a terra” (Alexie, 2009, p. 22).

A história dos índios Spokane está profundamente enraizada na região nordeste do atual estado de Washington, nos Estados Unidos. O nome da tribo significa “Filhos do Sol” ou “Povo do Sol”. Antes do contato europeu, viviam próximos ao rio Spokane, praticando pesca, caça e coleta, em um modo de vida intrinsecamente ligado à natureza. A chegada de colonizadores no século XIX, associada à corrida do ouro e à expansão ferroviária, provocou a perda de terras e recursos, culminando na remoção forçada para reservas (Owens, 1998). Esse deslocamento forçado fragilizou as práticas culturais e o vínculo com o território, aspectos fundamentais para a identidade coletiva indígena (Halbwachs, 1990; Krenak, 2019).

A narrativa em primeira pessoa, combinada às ilustrações que dialogam com a história, cria intimidade e autenticidade, permitindo que o leitor se aproxime das aspirações e dilemas de Junior. Alexie explora a dualidade identitária de seu protagonista, dividido entre dois mundos: o da reserva, onde é visto como traidor por buscar educação em uma escola branca, e o da sociedade dominante, onde enfrenta racismo e exclusão. Esse lugar “entre” (Bhabha, 1998) reflete a experiência de muitos indígenas que precisam negociar sua identidade em um contexto de assimilação forçada e marginalização.

Ao retratar Junior como um personagem complexo, dotado de humor, fragilidades e sonhos, Alexie confronta estereótipos persistentes nas representações midiáticas, que reduzem indígenas a figuras trágicas ou exóticas (Churchill, 1998; Owens, 1998). O humor, nesse contexto, cumpre um papel subversivo, aproximando-se do que Hutcheon (1994) chama de ironia crítica e do que Critchley (2002) descreve como riso político: um instrumento capaz de desarmar preconceitos e desafiar estruturas de poder.

A escrita, por sua vez, aparece como ferramenta de resistência. Tal como observa Ngũgĩ wa Thiong’o (1986), escrever na língua do opressor pode ser tanto imposição histórica quanto estratégia de alcance e reafirmação cultural. No caso de Junior, aspirante a cartunista, as ilustrações funcionam como extensão de sua voz e de sua identidade, expressando frustrações, sonhos e esperanças. Assim, a narrativa se insere na tradição indígena de utilizar a palavra escrita como testemunho (testimonio) e como espaço de luta por visibilidade e dignidade (Beverley, 2004).

Vemos, portanto, que em, *Diário Absolutamente Verdadeiro de um Índio de Meio Expediente*, Alexie equilibra momentos de humor e dor para afirmar uma identidade indígena multifacetada e resistente. Sua autoficção não apenas narra uma história pessoal,



mas reivindica um espaço político e cultural para vozes historicamente silenciadas, reafirmando o poder da literatura como ferramenta de contestação e transformação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diário Absolutamente Verdadeiro de um Índio de Meio Expediente exemplifica o poder da autoficção como ferramenta para explorar identidades complexas e contestar narrativas dominantes. Através da história de Junior, Sherman Alexie não apenas conta uma história pessoal, mas também ilumina as lutas coletivas dos povos indígenas por reconhecimento, dignidade e justiça. A obra é um testemunho da resiliência e da capacidade de resistir através da arte e da palavra, oferecendo uma visão profundamente humana e transformadora da experiência indígena contemporânea.

Assim, o romance transcende sua dimensão individual para tornar-se um espaço de diálogo entre culturas, revelando como a literatura pode confrontar preconceitos históricos e abrir caminhos para a empatia e a compreensão mútua. Ao entrelaçar humor, dor e esperança, Alexie reafirma que a escrita é também um ato político, capaz de preservar memórias, afirmar identidades e inspirar mudanças.

REFERÊNCIAS

ALEXIE, Sherman. *Diário absolutamente verdadeiro de um índio de meio expediente*. Tradução de Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Galera Record, 2009.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BEVERLEY, J. *Testimonio: On the Politics of Truth*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004.

BONNICI, Thomas. "Teoria e crítica pós-colonialistas". In: BONNICI, Thomas & ZOLIN, Lúcia Osana (orgs.). *Teoria Literária: Abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3.ed. Maringá: Eduem, 2009.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez Lições sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHURCHILL, W. *Fantasies of the Master Race: Literature, Cinema and the Colonization of American Indians*. San Francisco: City Lights, 1998.

CRITCHLEY, S. *On Humour*. London: Routledge, 2002.

DOUBROVSKY, S. *Fils*. Paris: Galilée, 1997.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. 2ª ed. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FREDRICKSON, G. M. (2002). *Racism: A Short History*. Princeton: Princeton University Press.



FULFORD, Tim. *Romantic Indians: Native Americans, British Literature and Transatlantic Culture 1756 – 1830*. Londres: Oxford University Press, 2006.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

HUTCHEON, L. *Irony's Edge: The Theory and Politics of Irony*. London: Routledge, 1994.

JACOB, Livia Penedo. O Uirapuru, a Águia e o Condor: as literaturas indígenas de abya yala. In: *Ilha do Desterro*, v. 75, nº 2, p. 165-183, Florianópolis, mai/ago 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ides/a/mBB8nsYvwmDykypx3JgxXMP/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 01 jul. 2025.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MEIRELES, Cecília. *Problemas da literatura infantil*. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1979.

NGŪGĨ WA THIONG'O. *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature*. London: James Currey, 1986.

OWENS, L. *Mixedblood Messages: Literature, Film, Family, Place*. Norman: University of Oklahoma Press, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas instituições e questão racial no Brasil 1870 - 1930*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STEPAN, N. L. *The Idea of Race in Science: Great Britain, 1800–1960*. London: Macmillan, 1991.

THIÉL, Janice C. *Pele silenciosa, pele sonora: A literatura indígena em destaque*. São Paulo: Autêntica Editora, 2012.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.